



Se é Unimed, é seguro.

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

CNPJ/MF: 12.973.906/0001-71 - Reg. SUSEP 019970

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaração sobre Capacidade Financeira: A Companhia possui intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento. **Capital Social:** O patrimônio líquido da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$157,9 milhões, representado por 101.457.737 ações. **Política de Dividendos:** Após as deduções relativas à reserva legal, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, conforme estabelecido no Estatuto Social. **ESG:** A Operadora é controlada pela Unimed Seguradora S.A., sendo que as iniciativas ESG (*Environmental, Social and Governance*), ou ASG (Ambiental, Social e Governança), são devidamente evidenciadas nas demonstrações financeiras da Controladora. A Operadora utiliza a estrutura corporativa de sua Controladora, responsável por gerir e direcionar as ações sociais em todo o grupo do qual faz parte. Essas iniciativas são coordenadas pela área de Sustentabilidade e Responsabilidade Social, contando com o apoio e a participação voluntária de colaboradores de diversas

áreas da Operadora. As ações têm como propósito atender comunidades por meio de iniciativas voltadas à promoção da saúde, assistência a idosos, apoio a pessoas em situação de rua, além de ações direcionadas a crianças, jovens e seus familiares em situação de vulnerabilidade social. Também contemplam iniciativas relacionadas a comportamento, qualidade de vida e preservação do meio ambiente. A Operadora possui sua própria estrutura de sustentabilidade, sob a supervisão da Controladora, que possui outras empresas controladas. As descrições requeridas pela Lei 15.177/2025 sobre equidade e remuneração de mulheres estão descritas nas demonstrações financeiras da Controladora. **Agradecimentos:** Agradecemos a todos os nossos acionistas, colaboradores, clientes e parceiros pela confiança, apoio e dedicação, em especial a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pela renovada confiança em nós depositada. São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	2025	2024
Ativo circulante		328.630	273.195
Disponível		748	578
Caixa e Bancos		748	578
Aplicações	5	230.417	187.727
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	44.973	39.394
Prêmios a receber		42.487	37.747
Operações com resseguradoras		2.486	1.647
Outros créditos operacionais		42	38
Operações com seguradoras		42	38
Ativos de resseguro	7	37.003	33.566
Títulos e créditos a receber		2.603	175
Títulos e créditos a receber		262	137
Créditos tributários e previdenciários	8	2.310	37
Outros créditos		31	1
Despesas antecipadas		81	107
Custos de aquisição diferidos	9	12.763	11.610
Seguros		12.763	11.610
Ativo não circulante		19.383	36.044
Realizável a longo prazo		13.694	30.504
Aplicações	5	3.171	22.412
Ativos de resseguro	7	4.878	2.667
Títulos e créditos a receber		5.648	5.225
Créditos tributários e previdenciários		8.374	3.795
Depósitos judiciais e fiscais	17	1.674	1.430
Imobilizado		16	17
Bens móveis		16	17
Intangível	10	5.673	5.523
Outros intangíveis		5.673	5.523
Total do ativo		348.013	309.239

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Notas	2025	2024
Passivo circulante		165.419	154.395
Contas a pagar		6.494	6.994
Obrigações a pagar	11	1.149	1.006
Impostos e encargos sociais a recolher	12	3.110	2.808
Encargos trabalhistas		384	499
Impostos e contribuições	13	1.294	1.880
Outras contas a pagar		557	801
Débitos de operações com seguros e resseguros		18.911	17.637
Prêmios a restituir		217	168
Operações com resseguradoras	14a	9.816	9.923
Corretores de seguros e resseguros	14b	8.878	7.546
Depósitos de terceiros	15	460	626
Provisões técnicas - seguros	16	139.554	129.138
Danos		139.554	129.138
Passivo não circulante		24.671	14.864
Provisões técnicas - seguros	16	22.471	13.037
Danos		22.471	13.037
Outros débitos		2.200	1.827
Provisões judiciais	17	2.200	1.827
Patrimônio líquido		157.923	139.980
Capital social	18a	88.000	88.000
Reservas de lucros		69.895	51.958
Ajuste de avaliação patrimonial		28	22
Total do passivo e patrimônio líquido		348.013	309.239

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	2025	2024
(+) Prêmios emitidos		107.148	101.308
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(4.066)	(9.550)
(=) Prêmios ganhos	20a	103.082	91.758
(-) Sinistros ocorridos	20b	(37.987)	(29.550)
(-) Custos de aquisição	20c	(22.309)	(18.749)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	20d	(296)	(881)
(+) Resultado com operações de resseguro	20e	(9.363)	(10.741)
(+) Receita com resseguro		14.033	10.276
(-) Despesa com resseguro		(23.396)	(21.077)
(-) Despesas administrativas	20f	(27.403)	(24.170)
(-) Despesas com tributos	20g	(4.170)	(3.878)
(+) Resultado financeiro	20h	29.807	18.465
(=) Resultado operacional		31.461	22.254
Ganhos ou Perdas com ativos não correntes		11	3
(=) Resultado antes dos impostos e participações		31.472	22.257
(-) Imposto de renda	21	(6.555)	(5.257)
(-) Contribuição social	21	(4.150)	(3.239)
(-) Participações sobre o lucro		(430)	(416)
(=) Lucro líquido do exercício		20.337	13.345
Resultado atribuído aos:		20.337	13.345
Acionistas controladores		20.337	13.345
Quantidade de ações		101.457,737	101.457,737
Lucro líquido por lote de mil ações		200	122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	20.337	13.345
Item que serão reclassificados subsequentemente para o resultado	6	24
Variação do valor justo de ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes	9	41
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre o valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(3)	(17)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	20.343	13.369
Resultado atribuído aos:		
Acionistas controladores	20.343	13.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	20.337	13.345
Ajustes para:	7.242	7.339
Depreciação e amortizações	992	1.031
Redução do valor recuperável de prêmios	(72)	206
Diferimento dos custos de aquisição diferidos	(1.153)	(2.310)
Diferimento das provisões técnicas	8.366	11.282
Diferimento dos ativos de resseguro	(891)	(2.870)
Variação nas contas patrimoniais	(11.178)	(7.742)
Aplicações financeiras	(23.443)	(23.769)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(5.511)	(6.410)
Ativos financeiros não classificados	(1.438)	1.438
Créditos fiscais e previdenciários	(2.452)	16
Depósitos judiciais e fiscais	(2.444)	(198)
Despesas antecipadas	26	41
Outros ativos	(155)	208
Fornecedores	329	211
Impostos e contribuições	12.105	8.953
Outras contas a pagar	(244)	244
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.273	2.541
Depósitos de terceiros	(167)	411
Provisões técnicas - seguros e resseguros	11.485	8.300
Provisões judiciais	374	274
Caixa gerado nas operações	16.400	12.942
Impostos e contribuições pagos	(12.690)	(7.982)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.711	4.960
Atividades de investimento		
Aquisição de Imobilizado	(3)	(16)
Aquisição de Intangível	(1.138)	(2.566)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.141)	(2.582)
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos sobre capital próprio	(2.400)	(2.200)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(2.400)	(2.200)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	170	178
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	578	400
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	748	578
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	170	178

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed Seguros Patrimoniais S.A. (doravante denominada "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, situada na Alameda Ministro Rocha Azevedo, nº 346 - São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 12.973.906/0001-71, tendo como objeto social a comercialização de seguros de danos. A Companhia é controlada pela Unimed Seguradora S.A., que está integrada ao Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por empresas associadas. A Companhia é controlada diretamente pela Unimed Seguradora S.A., com participação de 99,99%, e controlada indiretamente pela Unimed Participações S.A.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648/21 e posteriores atualizações, e pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Na elaboração das presentes demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2026. **b. Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **c. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR), ativos mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e provisões técnicas mensuradas pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e provisões técnicas mensuradas pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). **d. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **e. Utilização de estimativas e julgamento:** A elaboração das demonstrações financeiras é realizada de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais exigem que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Diversos processos de mensuração que requerem um nível mais elevado de julgamento ou complexidade são: **i. Aplicações financeiras:** A Administração avalia o valor justo de instrumentos financeiros não cotados em mercados ativos por meio de técnicas de avaliação. Isso inclui o uso de premissas sobre taxas de juros, riscos de crédito e volatilidade. **ii. Créditos tributários e previdenciários:** A Administração avalia a probabilidade de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização de ativos diferidos (prejuízos fiscais e diferenças temporárias). Esta análise é revisada anualmente com base no plano de negócios da Companhia. **iii. Provisões para ações judiciais:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. O registro de provisões é feito com base no julgamento da Administração e de seus assessores jurídicos, considerando: A probabilidade de perda (Provável, Possível ou Remota). A estimativa do valor do desembolso futuro necessário para liquidar a obrigação. **iv. Redução do valor recuperável (RVR):** A estimativa de perdas contidas a receber baseada-se em premissas sobre o risco de inadimplência e taxas de perda histórica, ajustadas por informações prospectivas sobre o cenário macroeconômico. **v. Provisões Técnicas:** As provisões técnicas são constituídas com base em metodologias atuariais que envolvem julgamentos da Administração e premissas biométricas, estatísticas e financeiras, conforme descrito a seguir: **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG e PPNG-RVNE):** A premisa fundamental é a linearidade do risco ao longo da vigência dos contratos, utilizando o critério pro rata die. O julgamento aplicado ao PPNG-RVNE (Riscos Vigentes e Não Emitidos) utiliza triângulo de run-off de 18 meses e fatores médios de consistência para estimar prêmios de riscos já assumidos, mas ainda não processados operacionalmente. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL e IBNER):** A PSL adota a premissa de estimativa de saída de caixa para sinistros avisados até a data do balanço. O julgamento estende-se ao IBNER (*Incurred But Not Enough Reported*), que utiliza notas técnicas para ajustar o saldo da PSL ao custo final provável, corrigindo eventuais insuficiências nos valores informados nos avisos iniciais. **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** A premissa é a existência de eventos já ocorridos cuja comunicação à Companhia ainda não foi realizada. O julgamento atuarial define o horizonte de projeção (cauda) conforme a natureza do risco: 36 meses para Riscos de Responsabilidade e 18 meses para Riscos Patrimoniais, baseando-se no histórico de saída de caixa de cada carteira. **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR-Direta e PDR-IBNR):** A IBNR é a onerosidade administrativa vinculada à regulação de sinistros. O julgamento para a PDR-IBNR baseia-se em fatores históricos do mercado segurador (dados da SUSEP) num horizonte de 12 meses, aplicados sobre o valor dos sinistros ocorridos. **Provisão para Excedentes Técnicos (PET):** Fundamental-se na premissa de operação contratual de partilha. O julgamento consiste na apuração da performance técnica (*superávit*) dos contratos de seguros, com base em premissas de distribuição, garantindo o reconhecimento do passivo sempre que as metas de sinistralidade e despesas permitirem o retorno de valores ao segurador. As estimativas e premissas são revistas periodicamente. Ajustes ou efeitos das revisões das estimativas são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **f. Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa que seja realizado ou liquidado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decorso normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia. Demais ativos e passivos que não atendem a essas premissas são classificados no ativo ou passivo não circulante. **g. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor ou não foram referendadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:** Novas normas ou alterações de normas e interpretações são efetivas quando referendadas pela SUSEP. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontram-se: **o CPC 50 - Contratos de Seguros** contempla o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros. A norma combina uma mensuração do balanço patrimonial dos passivos de seguro com a classificação do lucro pelo período em que ocorrer a vigência do contrato. Mudanças nas estimativas de fluxo de caixa futuro também deverão ser reconhecidas durante o período de vigência do contrato. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Embora sua vigência internacional tenha se iniciado em 2023, esta norma ainda aguarda o referendo da SUSEP para que seus efeitos sejam aplicáveis à Companhia. **o CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis** redefine a estrutura da Demonstração de Resultado (DR) categorizando itens em atividades operacionais, de investimento e de financiamento, visando ampliar a transparência e a comparabilidade das informações. Sua aplicação está prevista para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo que sua adoção pela Companhia permanecerá condicionada ao referendo da SUSEP. **Reforma Tributária (IBS/CBS):** Em decorrência da promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, está prevista para 01/01/2026 a fase inicial da Reforma Tributária sobre o Consumo. Conforme o cronograma legislativo, a substituição do PIS, da COFINS e do IOF incidente sobre operações de seguros pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) ocorrerá a partir de 01/01/2027. Posteriormente, o ICMS e o ISSQN serão gradualmente substituídos pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) entre os anos de 2029 e 2032. Até a data da publicação das Demonstrações Financeiras, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) não emitiu diretrizes normativas ou circulares que regulamentem os impactos contábeis específicos para o setor, notadamente quanto à mensuração das provisões técnicas e ao tratamento dos ativos diferidos. Dessa forma, a Companhia mantém seus critérios de reconhecimento e mensuração inalterados nestas demonstrações financeiras, em conformidade com o arcabouço regulatório vigente. A Administração monitora ativamente os desdobramentos legislativos e as orientações da Receita Federal do Brasil e do órgão regulador. O objetivo é assegurar a tempestividade na avaliação de eventuais impactos financeiros e atuariais tão logo as normas de transição para o setor de seguros sejam formalizadas. **h. Novas normas e interpretações adotadas:** Lei 15.040/2024 - Lei do Contrato de Seguros. Conhecida como o Marco Legal dos Seguros, a Lei dispõe sobre normas de seguros, foi sancionada em 31 de dezembro de 2024 com vigência a partir de dezembro de 2025. Esta legislação institui o marco regulatório autônomo para o contrato de seguro no Brasil, visando a sustentabilidade e a segurança jurídica das operações de seguros. A Governança e Conformidade Adequação Os principais pilares da nova legislação incluem: Regimes de Prazos Rígidos; Estabelecimento do prazo de 30 dias para que as seguradoras se manifestem sobre a cobertura após a entrega da documentação, sob pena de aceitação tácita ou sanções. Transparência e Dever de Informação; Reforço do dever de clareza nas cláusulas restritivas de direitos, que devem ser redigidas de forma destacada, e a necessidade de fundamentação técnica e definitiva para negativas de cobertura. Gestão de Sinistros: Limitação da interrupção do prazo de regulação para solicitação de documentos complementares, visando a agilidade e a eficiência das operações. Governança e Conformidade Adequação Os processos internos de subscrição e regulação para mitigar riscos de responsabilidade civil e administrativa perante a SUSEP. Não foram identificados impactos ou mudanças quantificáveis relevantes que afetassem diretamente os números apresentados nas demonstrações financeiras.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a. Caixa e equivalentes de caixa: Representam numerários disponíveis em caixa e em contas bancárias. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo. **b. Ativos financeiros:** A Seguradora, conforme a norma CPC 48 - Instrumentos Financeiros, passa a reconhecer e mensurar seus ativos financeiros a partir da formalização de dois conceitos: i) composição de fluxo de caixa dos ativos financeiros por meio de pagamento de principal e juros; e ii) Definição do Modelo de Negócios das operações de seguro. Os ativos financeiros são classificados em dois tipos: **ativos financeiros originados** e **ativos financeiros adquiridos**. Os ativos financeiros originados, em datas específicas, fluxos de caixa que sejam pagamentos somente de principal e juros. **o SPPI Test**, em conjunto com a definição do modelo de negócios, permite o enquadramento do instrumento financeiro para a classificação em uma das seguintes categorias: **Custo Amortizado; Valor Justo por meio do Resultado (VJR); ou Valor Justo por meio de Outros**

Resultados Abrangentes (VJORA). Caso o instrumento não atenda aos conceitos de *SPPI Test*, inicialmente ele é classificado na categoria VJR. Entretanto, se os conceitos de *SPPI Test* foram atendidos, a Companhia classifica o ativo financeiro em Custo Amortizado ou VJORA, de acordo com seu modelo de negócios. Nesse cenário, a administração define em qual dos seguintes modelos de negócios suas carteiras pertencem: **(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos não são classificados no teste SPPI e são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **(ii) Ativos financeiros mantidos ao custo amortizado:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter os ativos financeiros dentro do modelo de negócio proposto, ou seja, manter os ativos a fim de receber os fluxos de caixa contratuais. Esses ativos são classificados no teste SPPI e, dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **(iii) Ativos financeiros mensurados através do valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Ativos financeiros mensurados através do valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são classificados no teste SPPI e, dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **c. Determinação do valor justo:** A política de avaliação dos investimentos da Companhia fundamenta-se no princípio da consistência patrimonial, assegurando que os ativos mantidos diretamente ou em estruturas exclusivas de propósito específico (EPS) sejam avaliados pelo valor justo de mercado (*Fair Value*). A avaliação observa a seguinte estrutura metodológica: 1. Ativos de Crédito e Renda Fixa com Precificação por Indicadores (Nível 2): Para os títulos de crédito privado e bancário, a Intrag utiliza modelos de curva de juros e *spreads* de mercado, onde: i) CDBs são valorizados pela curva de juros futuros (DI B3). No caso de ativos com cláusula de resgate à taxa determinada, a valoração segue a curva contratada; para os demais, aplica-se o custo de oportunidade de mercado somado ao risco de crédito do emissor; 2. Cotas de Fundos de Investimento: A avaliação é realizada através de fundos exclusivos ou abertos, com base na data de submissão dos eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras. Assim, para sua aplicação aos instrumentos de portfólio de investimento, é necessário: i. Identificar os ativos onde deva ser aplicada a provisão; ii. Classificar os ativos financeiros em estágios de risco; e iii. Realizar os cálculos correspondentes para estimar a perda esperada. Para, isso, utilizamos o método *Credit VaR (CVaR)*. Este modelo permite o cálculo da Perda esperada (PE), segundo os parâmetros de risco abaixo: $PE = PD \times LGD \times EAD$

Probabilidade de Inadimplência (PD): É a probabilidade de que um emissor ou instrumento fique inadimplente em suas obrigações de crédito dentro de um determinado período. Para o cálculo da Perda Esperada, de acordo com as diretrizes do regulamento, considera a construção de tipos de probabilidades padrão; Perda dada à Inadimplência (LGD): É a porcentagem de exposição que a Companhia espera perder em caso de inadimplência em um instrumento financeiro. Para isso, é necessário calcular o montante das recuperações e ressarci-las das despesas associadas para assim gerenciar-las. Sabendo disso, podemos estimar a quantidade não recuperada; Exposição à Inadimplência (EAD): Este parâmetro refere-se à exposição que um instrumento financeiro tem na data que está sendo analisado. Ou seja, é o valor a que entidade é exposta diante de uma possível violação pela contraparte. A estimativa do EAD corresponde à atualização dos fluxos futuros de investimento na data de avaliação. O cálculo ocorre por meio da realização de 10.000 simulações para cada um dos ativos elegíveis ao teste na carteira. Cada simulação leva em conta o *rating*(1) do emissor e, por sua vez, a chance de *default* e porcentagem de recuperação do valor investido em caso de *default*. Com isso, conseguimos (em cada uma das 10.000 simulações) mensurar um valor de recuperação para a carteira e, ao final do



Se é Unimed, é seguro.

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

CNPJ/MF: 12.973.906/0001-71 - Reg. SUSEP 01970

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

—★ continuação

sua realização não seja mais provável no prazo regulamentar. **o. Benefícios aos empregados:**
(i) Obrigações de curto prazo: As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **(ii) Planos de contribuição definida:** A Companhia oferece aos seus diretores complementação de aposentadoria através da Seguros Unimed sob a forma de renda mensal temporária pelo prazo de 12 meses na modalidade de contribuição definida. A Companhia também é patrocinadora de plano de previdência complementar administrado pela própria Companhia para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas pela empresa patrocinadora. A idade mínima para o recebimento dos benefícios é de 60 anos, respeitado o período mínimo de cinco anos de contribuição ao plano. As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente. Outros benefícios de curto prazo incluem assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, convênio farmácia, previdência privada voluntária, auxílio creche e babá, vale transporte, convênio estacionamento, vale refeição e vale alimentação são oferecidos aos funcionários e são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **p. Lucro líquido por ação:** O lucro líquido por ação é calculado dividindo-se o lucro pelo número de ações nominativas em poder dos acionistas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

O processo de gerenciamento de riscos é conduzido pelo Conselho de Administração, Diretoria e demais colaboradores, sendo aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar, em toda a Companhia, eventos em potencial, os quais são capazes de afetá-la, possibilitando que a Administração e outros colaboradores tenham a melhor compreensão do apetite ao risco desejado. Esse processo habilita os colaboradores, em todos os níveis, a entender melhor os riscos aos quais seus processos estão expostos e em ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente no tratamento das exposições mais relevantes para o negócio. Adicionalmente, o processo de gestão de riscos é composto por princípios, políticas, procedimentos e ações, abrangendo os riscos de subscrição, mercado, liquidez, crédito, legal e operacional. Para fazer frente aos eventos de risco aos quais estamos expostos, essa estrutura é compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços e processos da Companhia. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Unimed Seguros Patrimoniais S.A., no desempenho de suas atribuições como agentes de governança, contam com o suporte do Comitê de Assessoramento abaixo mencionados, compostos por membros da Diretoria executiva, corporativo e jurídico da Companhia, com atuação em áreas específicas, possibilitando uma análise aprofundada das matérias de competência de cada Comitê. **Comitê de Governança, Riscos, Compliance e Auditoria:** O Comitê de Governança, Riscos, Compliance e Auditoria tem por objetivo garantir a transparência e a ética na Companhia, zelando pela efetiva adoção das melhores práticas de Governança, assim como avaliar os riscos inerentes aos seus negócios, incluindo avaliação qualitativa e quantitativa, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos, a proteção e a valorização do seu patrimônio e aderência ao ambiente regulatório, incluindo os aspectos de melhoria da estrutura de controles internos identificados pelas Auditorias interna e externa. **Comitê de Investimentos:** O Comitê de Investimentos tem por objetivo analisar e aprovar as propostas de aplicações dos recursos financeiros a ser realizadas pela Companhia, observadas: segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos, de acordo com a legislação vigente, a Política de Investimentos e outras diretrizes que venham a ser emitidas pela Administração da Companhia. **Comitê de Produtos e Clientes:** O Comitê de Produtos e Clientes tem por objetivo definir a criação e o lançamento de produtos, bem como gerir seu desempenho e introdução dos mesmos no mercado, estabelecer políticas e práticas de atendimento e de prestação de serviço diferenciada, além de identificar oportunidades de melhoria e definir planos de ações, em relação aos índices e motivos de reclamações. **Comitê de Tecnologia:** O Comitê de Tecnologia tem por finalidade assessorar a Diretoria em temas relacionados a tendências tecnológicas e novos modelos de negócios, projetos ou iniciativas de inovação, bem como acompanhar a execução da estratégia corporativa de Tecnologia da Informação, respeitando as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração, e contribuindo para o fortalecimento e o alinhamento organizacional. **Comitê de Conduta Ética:** Órgão de natureza multidisciplinar independente do processo de fiscalização, cuja finalidade é promover o cumprimento e aprimoramento constante dos valores corporativos e do Código de Conduta Ética da Companhia. **Gestão de Capital:** A Unimed Seguros Patrimoniais S.A. segue a estrutura de gerenciamento de capital da sua controladora, Unimed Seguros S.A., a qual é suportada por política específica, aprovada pela Diretoria Executiva, Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. Essa política estabelece papéis e responsabilidades, limites de suficiência, mecanismos de monitoramento e planos para reequilíbrio, quando constatadas irregularidades. A Diretoria Financeira, Técnica e Atuária é responsável pela gestão e apuração dos resultados. De maneira independente, a área de Governança, Riscos e Compliance monitora a aderência da alocação de capital em relação aos critérios regulatórios, emitidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). São avaliados os requerimentos de capital necessários para suportar os riscos aos quais a Unimed Seguros Patrimoniais S.A. está exposta, o que inclui o capital necessário para suportar os riscos de crédito, mercado, subscrição, legal e operacional. O capital necessário para suportar riscos está demonstrado, na Nota Explicativa nº 18e. **Comissão de Gestão de Crises:** Órgão de natureza multidisciplinar, que tem como objetivo atuar em situações de crises institucionais, que possam afetar a reputação da Companhia e a sustentabilidade do negócio. Nossa Comissão de Gestão de Crises instituiu frentes de trabalho voltadas para atender todos os nossos stakeholders, com o objetivo de garantir nossa missão, que é "Cuidar das pessoas e das instituições, protegendo a vida, o patrimônio e o futuro". Quando deflagrada a situação de crise, acionamos nosso Plano de Continuidade dos Negócios, com o objetivo de garantir a segurança de nossos colaboradores e pleno funcionamento da operação, por meio do trabalho remoto, bem como a formação de comitês de crise e o acompanhamento de aspectos operacionais e financeiros, fornecendo subsídios para a estratégia de enfrentamento da crise. **a. Risco de subscrição:** O risco de subscrição é gerenciado por meio de políticas de aceitação, dos processos de gestão de riscos dos contratos de seguros/resseguros e das definições de premissas e acompanhamento das provisões técnicas. A teoria da probabilidade é aplicada para a precificação, e o principal risco é de frequência e/ou severidade de sinistros ser maior do que o estimado. Para a gestão e mitigação do risco das provisões, a Companhia possui os seguintes procedimentos: **Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões** - Neste procedimento, realizado no mínimo anualmente, é avaliada a adequação das metodologias utilizadas para a constituição das provisões técnicas. **Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas** - São analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação. Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir, se necessário, mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo, e na tomada de decisão. (i) Análise de sensibilidade: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como seriam afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorressem alterações razoavelmente possíveis nas provisões técnicas de sinistros. Foi considerado agravamento de 5% nos fatores de atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros que poderia afetar a provisão de IBNR. Foi considerado aumento de 5 p.p. na sinistralidade para verificar o impacto na Provisão de Sinistros a Liquidar. Para cada teste, é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido

	2025		2024							
	Bruto resseguro	Líquido resseguro	Bruto resseguro	Líquido resseguro						
Premissas										
Aumento sinistralidade	5%	703	359	547						
Diminuição sinistralidade	(5%)	(703)	(359)	(547)						
(ii) Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões.										
Sinistros brutos de resseguro										
	Até									
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	5.571	15.516	10.794	11.865	15.820	26.579	34.633	32.339	37.755	37.755
Um ano após	5.897	9.339	10.771	11.426	16.549	24.336	33.261	30.831	—	30.831
Dois anos após	5.579	9.632	10.130	10.478	15.772	23.388	32.040	—	—	32.040
Tres anos após	5.457	9.380	10.103	10.570	15.199	23.202	—	—	—	23.202
Quatro anos após	5.376	8.778	10.130	10.130	14.035	—	—	—	—	14.035
Cinco anos após	5.292	8.604	9.574	9.033	—	—	—	—	—	9.033
Seis anos após	5.324	9.179	8.557	—	—	—	—	—	—	8.557
Sete anos após	5.378	9.300	—	—	—	—	—	—	—	9.300
Oito anos após	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
(ou mais) após	5.378	—	—	—	—	—	—	—	—	5.378
Estimativa dos sinistros na data-base 31/12/2025	5.378	9.300	8.557	9.033	14.035	23.202	32.040	30.831	37.755	170.131
Diferença entre as estimativas inicial e final	193	6.216	2.237	2.832	1.785	3.377	2.593	1.508	—	20.742
Pagamentos de sinistros efetuados	3.902	7.141	4.318	4.998	5.894	11.944	19.516	16.271	11.131	85.116
Sinistros Pendentes em 31/12/2025	1.475	2.159	4.239	4.035	8.141	11.258	12.524	14.560	26.624	85.015
IBNR										11.796
IBNeR										5.180
Aviados		121	(1.017)	(1.097)	(1.164)	(186)	(1.221)	(1.508)	37.755	31.683
Sinistros líquidos de resseguro										
	Até									
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	3.935	6.003	8.388	8.516	11.854	16.466	16.934	21.407	22.702	22.702
Um ano após	4.319	4.417	8.355	8.262	12.371	15.278	16.330	20.610	—	20.610
Dois anos após	3.946	4.662	7.838	7.494	11.760	14.480	16.282	—	—	16.282
Tres anos após	3.816	4.430	7.814	7.567	11.302	14.350	—	—	—	14.350
Quatro anos após	3.757	3.968	7.858	7.175	10.372	—	—	—	—	10.372
Cinco anos após	3.705	4.633	7.408	6.305	—	—	—	—	—	6.305
Seis anos após	3.802	4.291	6.592	—	—	—	—	—	—	6.592
Sete anos após	3.849	4.326	—	—	—	—	—	—	—	4.326
Oito anos após	3.839	—	—	—	—	—	—	—	—	3.839
(ou mais) após	3.839	—	—	—	—	—	—	—	—	3.839
Estimativa dos sinistros na data-base 31/12/2025	3.839	4.326	6.592	6.305	10.372	14.350	16.282	20.610	22.702	105.377
Diferença entre as estimativas inicial e final	96	1.677	1.795	2.211	1.482	2.116	652	797	—	10.826
Pagamentos de sinistros efetuados	2.658	2.661	3.195	3.083	3.868	5.546	7.093	9.405	7.542	45.051
Sinistros Pendentes em 31/12/2025	1.181	1.665	3.397	3.222	6.504	8.803	9.189	11.205	15.160	60.326
IBNR										8.470
IBNeR										4.126
Aviados		(10)	35	(815)	(870)	(930)	(131)	(48)	(797)	22.702

(*) Sinistro líquido de cosseguro e bruto de resseguro
 (ii) Gerenciamento de riscos por linhas de negócio: O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como a avaliação da eventual necessidade de alterações nos produtos. (iv) Seguros de responsabilidade e patrimoniais: Os riscos associados a esses seguros incluem, entre outros: Risco de despesas de administração não suportadas pelo produto; Risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos e risco de taxa de juros; e Risco de severidade e frequência de sinistros. **Os riscos apresentados são gerenciados como segue:** O risco de não persistência é gerenciado através de monitoramento frequente e da implementação de diretrizes específicas para melhorar a retenção das apólices; e o risco de um elevado nível de despesas é gerenciado pelo monitoramento frequente das despesas. **b. Risco de mercado:** Possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto e se subdivida da seguinte maneira: **Risco de oscilação de preços:** Possibilidade de perda no valor da carteira em função de mudanças adversas nos preços, taxas de juros, taxas de câmbio, índices e derivativos. (i) **Gerenciamento do risco de mercado:** As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado: Utilização de um conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio. Para acompanhamento do risco de mercado, seguimos o modelo de *Value-at-Risk (VaR)*. A política de aplicações financeiras tem como objetivo limitar o risco associado à manutenção de exposições em renda fixa (risco não sistemático), e requisitos de diversificação e outras práticas de gestão de risco são adotadas, por exemplo: limite máximo de exposição relativa em títulos privados e diversificação por faixa de risco de crédito. (ii) **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros é a perda resultante de mudanças da taxa de juros, inclusive mudanças no aspecto das curvas de rendimento. As exposições da Companhia ao risco de taxa de juros incluem, entre outros, o risco de taxa de juros para contratos de seguros e obrigações para contratos de investimentos (títulos privados e públicos constantes na carteira de investimentos). (iii) **Resultados do teste de sensibilidade:** Na análise do teste de sensibilidade, a definição dos parâmetros quantitativos utilizados (100 pontos base para taxa de juros), teve por base o cálculo do DV1, que estima o impacto no preço do título, em unidades monetárias, pela variação na taxa de juros. Para os ativos financeiros classificados na categoria "Custo Amortizado" e os investimentos pós-fixados (LFT), as oscilações de taxas de juros no mercado não têm nenhum efeito sobre o valor contábil dos títulos, uma vez que estes são corrigidos unicamente pelos juros pactuados. As quotas de fundos de investimentos previdenciários também não são consideradas no teste, uma vez que a oscilação é risco do cotista do fundo e não da Companhia. Com base nessas premissas, o teste de sensibilidade apresenta para os ativos classificados na categoria "VJ" e "VJORA", qual seria o impacto contábil e financeiro imediato caso as curvas de juros usadas na precificação desses títulos apresentassem uma oscilação de 1 (um) ponto percentual para mais ou para menos (de acordo com a duração de cada papel). O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do risco de mercado atrelado aos ativos financeiros "VJ" e "VJORA" integrantes da carteira de investimentos da Companhia. No caso dos fundos de investimentos, o teste de sensibilidade considerou qual seria o impacto contábil, num horizonte de 12 meses, decorrente do aumento ou redução de 100 bps na taxa de juros projetada para esse horizonte de tempo. Dessa forma, considerou-se o impacto que variações nas taxas de juros constantes teriam na rentabilidade do fundo ao longo dos próximos 12 meses. O impacto no Patrimônio Líquido é a somatória do teste de sensibilidade dos títulos classificados como "VJORA". Já o impacto no resultado é a somatória do teste de sensibilidade dos títulos classificados "VJR".

	2025		2024	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios efetivos (*)	Sinistros pagos a recuperar
Riscos vigentes emitidos	29.785	(83)	1.136	936
Juros a apropriar	2.712	(1)	232	20
Riscos vigentes não emitidos	4.911	(6)	327	10
R.C. de administradores e diretores - D&O	3.155	(25)	70	259
Compreensivo empresarial	241	—	14	(1)
Compreensivo residencial	219	—	27	(1)
Lucros cessantes	—	—	—	—
R.C. geral	—	—	—	—
Total	41.023	(115)	1.806	(227)

	2025		2024	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios efetivos (*)	Sinistros pagos a recuperar
Riscos vigentes emitidos	29.785	(83)	1.136	936
Juros a apropriar	2.712	(1)	232	20
Riscos vigentes não emitidos	4.911	(6)	327	10
R.C. de administradores e diretores - D&O	3.155	(25)	70	259
Compreensivo empresarial	241	—	14	(1)
Compreensivo residencial	219	—	27	(1)
Lucros cessantes	—	—	—	—
R.C. geral	—	—	—	—
Total	41.023	(115)	1.806	(227)

	2025		2024	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios efetivos (*)	Sinistros pagos a recuperar
Riscos vigentes emitidos	29.785	(83)	1.136	936
Juros a apropriar	2.712	(1)	232	20
Riscos vigentes não emitidos	4.911	(6)	327	10
R.C. de administradores e diretores - D&O	3.155	(25)	70	259
Compreensivo empresarial	241	—	14	(1)
Compreensivo residencial	219	—	27	(1)
Lucros cessantes	—	—	—	—
R.C. geral	—	—	—	—
Total	41.023	(115)	1.806	(227)

6. CÉDITO DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESEGUROS
a. Crédito das operações com seguros e resseguros

	2025		2024	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios efetivos (*)	Sinistros pagos a recuperar
Riscos vigentes emitidos	29.785	(83)	1.136	936
Juros a apropriar	2.712	(1)	232	20
Riscos vigentes não emitidos	4.911	(6)	327	10
R.C. de administradores e diretores - D&O	3.155	(25)	70	259
Compreensivo empresarial	241	—	14	(1)
Compreensivo residencial	219	—	27	(1)
Lucros cessantes	—	—	—	—
R.C. geral	—	—	—	—
Total	41.023	(115)	1.806	(227)

b. Prêmios a receber por idade

	2025		2024	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios efetivos (*)	Sinistros pagos a recuperar
Riscos vigentes emitidos	29.785	(83)	1.136	936
Juros a apropriar	2.712	(1)	232	20
Riscos vigentes não emitidos	4.911	(6)	327	10
R.C. de administradores e diretores - D&O	3.155	(25)	70	259
Compreensivo empresarial	241	—	14	(1)
Compreensivo residencial	219	—	27	(1)
Lucros cessantes	—	—	—	—
R.C. geral	—	—	—	—
Total	41.023	(115)	1.806	(227)

c. Movimentação de prêmios a receber

	2025		2024	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios efetivos (*)	Sinistros pagos a recuperar
Riscos vigentes emitidos	29.785	(83)	1.136	936
Juros a apropriar	2.712	(1)	232	20
Riscos vigentes não emitidos	4.911	(6)	327	10
R.C. de administradores e diretores - D&O	3.155	(25)	70	259
Compreensivo empresarial	241	—	14	(1)
Compreensivo residencial	219	—	27	(1)
Lucros cessantes	—	—	—	—
R.C. geral	—	—	—	—
Total	41			



Se é Unimed,
é seguro.

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

CNPJ/MF: 12.973.906/0001-71 - Reg. SUSEP 01970

<p>★ continuação</p>			<p>DIRETORIA</p>			<p>ATUÁRIA</p>			<p>CONTADOR</p>											
<p>Helton Freitas Diretor-Presidente</p>			<p>Miguel Zerati Filho Diretor</p>			<p>Yugo William Sakamoto Diretor</p>			<p>Elias Bezerra Leite Diretor</p>			<p>Remegildo Gava Milanez Diretor</p>			<p>Lara Cristina da Silva Facchini Atuária - MIBA - 1118</p>			<p>Vinicius Negrini de Oliveira CRC: 1SP242483/O-8</p>		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da **Unimed Seguros Patrimoniais S.A.** - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na

elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras com um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção das necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia, e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações

financeiras com um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras com um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras com um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora CRC SP-246031/O-8

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da **Unimed Seguros Patrimoniais S.A.** - São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração** A Administração da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas

com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CNPJ: 02.668.801/0001-55 CIBA 48
R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002, São Paulo - SP - Brasil

Daniela Sedel
Atuária MIBA 1721

Anexo I

Unimed Seguros Patrimoniais S.A. (Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	31/12/2025
	162.025
Total de provisões técnicas auditadas	162.025
Total de ativos de resseguro	41.878
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	2.474
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2025
Provisões Técnicas auditadas (a)	162.025
Valores redutores auditados (b)	70.156
Total a ser coberto (a-b)	91.869
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2025
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	24.403
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	24.403
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2025
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	160.104
Ajustes Econômicos do PLA	10.562
Exigência de Capital (CMR) (b)	24.403
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	135.701
Ativos Garantidores (d)	99.717
Total a ser Coberto (e)	91.869
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	7.848
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	31/12/2025
0114; 0118; ; 0141; 0310; 0351; 0378; 0746	7.551

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 27/02/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/02/27/UNIMEDSEGUROS1587831227022026.pdf>
Hash: 17721489609825c16e71f34913b9d030a1f7ec0f1d